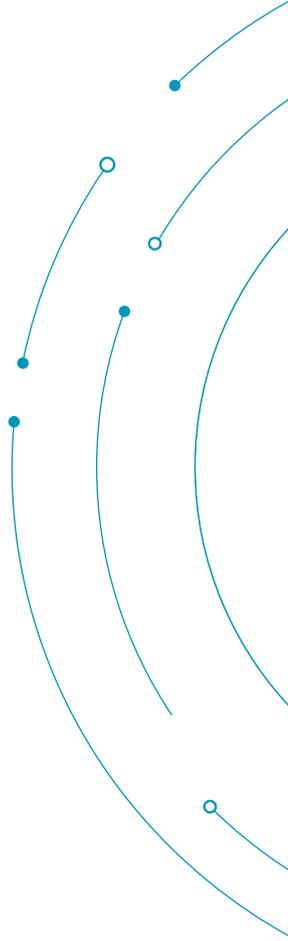


2.0





Enquadramento macroeconómico

- 2.1. Economia internacional
- 2.2. Economia angolana
- 2.3. Mercados financeiros

P. 10

P. 15

P. 27

2.1. Economia internacional

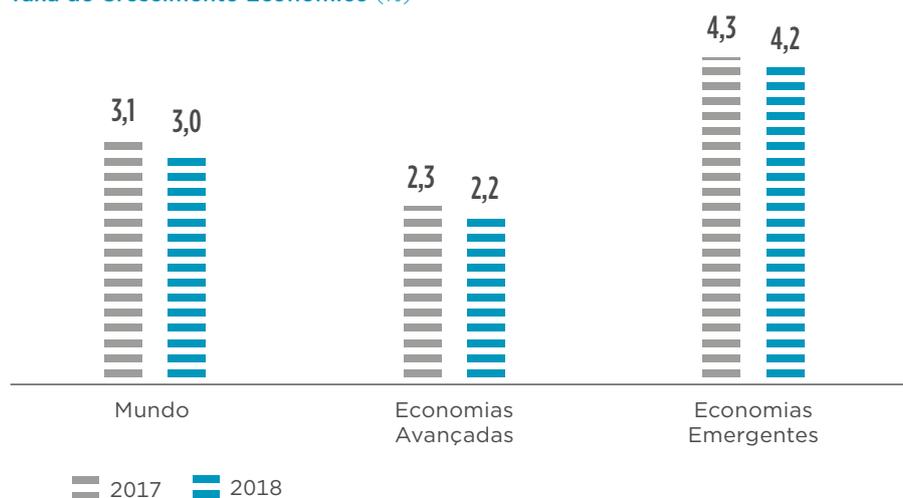
A economia mundial segue o processo de recuperação gradual pós-crise económica e financeira. Neste âmbito, as principais instituições internacionais estimam um crescimento moderado da economia mundial em 2018.

O Fundo Monetário Internacional estima que a economia mundial tenha crescido cerca de 3,7%, em 2018, inferior em 0,1 p.p. em relação ao ano anterior¹.

Segundo o Banco Mundial, a taxa de crescimento situou-se em 3%, o que representa uma diminuição de 0,1 p.p. em relação ao ano de 2017. O crescimento da economia mundial foi condicionado pela diminuição significativa das trocas comerciais no primeiro semestre, parcialmente recuperada no semestre seguinte, e a contracção do investimento global².

A incerteza gerada pela guerra comercial entre os EUA e as principais economias mundiais, como a China e a União Europeia, com impacto significativo sobre a actividade industrial, destaca-se entre as condicionantes do crescimento mundial no último ano. Outros factores são o processo de negociação do acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e o fortalecimento do dólar com o aumento das taxas de juro pela Reserva Federal norte-americana.

Taxa de Crescimento Económico (%)



Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects, January 2019*

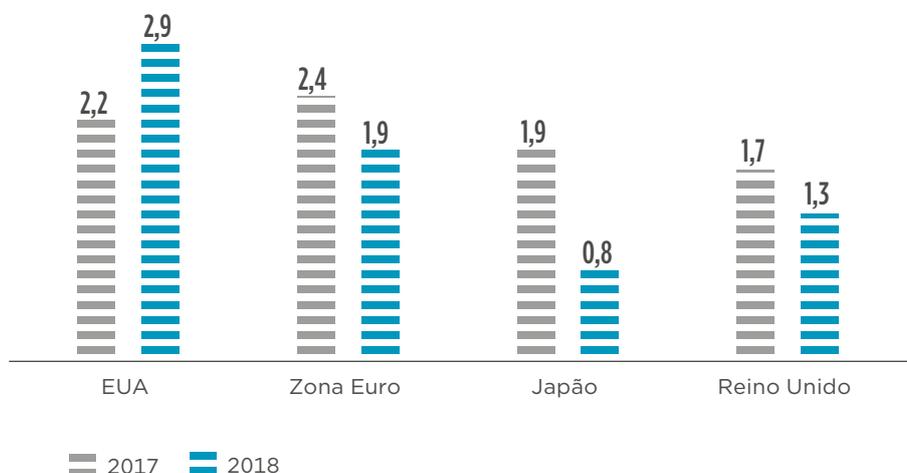
2.1.1. Economias Avançadas

A actividade económica nas economias avançadas apresentou *performances* distintas. O crescimento manteve-se sólido nos EUA, impulsionado por estímulos fiscais. Em contraste, na Zona Euro o crescimento foi menos intenso do que se antecipava devido à desaceleração das exportações líquidas. O Banco Mundial estima que as economias avançadas tenham crescido 2,2% em 2018², ligeiramente abaixo do registo de 2,3% verificado em 2017.

¹ FMI, *World Economic Outlook Update, January 2019*

² Banco Mundial, *Global Economic Prospects, January 2019*

Taxa de Crescimento Económico (%)



Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects, January 2019*

2.1.1.1. EUA

A economia norte-americana expandiu 2,9% em 2018, o que supera o registo de 2,2% de 2017, suportada essencialmente pela procura doméstica, que teve uma *performance* superior às expectativas, como resultado dos estímulos fiscais e política monetária ainda acomodativa².

O mercado de trabalho manteve-se robusto. A taxa de desemprego reduziu de 4,1% em 2017 para 3,9% no final de 2018, que representou o mínimo dos últimos 50 anos, tendo sido suportada pelo aumento do consumo³.

Durante o ano em análise, o Governo norte-americano aumentou as tarifas sobre 300 mil milhões USD em produtos importados, na sua maioria chineses. Outros países retaliaram com tarifas sobre 150 mil milhões USD em produtos norte-americanos, com impacto sobre o nível geral dos preços e elevada incerteza política.

A taxa de inflação evoluiu de 2,1% para 1,9% ao longo do ano, tendo atingido picos de 2,9% em meados do ano, que coincidiu com o período em que foram aplicadas as medidas proteccionistas³. A evolução dos preços permitiu que a Reserva Federal realizasse quatro incrementos da taxa de juro durante o ano de 2018, que per fez um incremento acumulado de 1 p.p. no período em análise, tendo encerrado o ano em 2,5%.

2.1.1.2. Reino Unido

No Reino Unido, o ano de 2018 foi marcado por tensões de carácter político relativas à concretização do melhor acordo para a saída da União Europeia (Brexit) e à capacidade da primeira-ministra Theresa May para liderar o processo.

Apesar das divergências internas no Partido Trabalhista e externas com os seus opositores, a primeira-ministra conseguiu alcançar um acordo para o Brexit, que esteve em concordância com as aspirações dos países membros, mas que não recebeu a aprovação interna do parlamento, prolongando a incerteza quanto ao impacto potencial da saída da União Europeia.

3,7%

Crescimento da economia mundial em 2018, estimado pelo Fundo Monetário Internacional.

² Banco Mundial, *Global Economic Prospects, January 2019*

³ Dados retirados do aplicativo da Bloomberg. Fevereiro 2019

O Banco Mundial estima que a economia tenha crescido 1,3% em 2018, que representa uma diminuição de 0,4 p.p. face ao ano anterior.

A taxa de desemprego seguiu a mesma tendência das demais economias avançadas, tendo-se verificado uma redução em 0,4 p.p. ao longo do ano em análise, tendo atingido 4% no final do ano.

A taxa de inflação evoluiu de 3% para 2,1% em 2018, como resultado do incremento da taxa de juro pelo Banco da Inglaterra, de 0,50% para 0,75%, que visou limitar a evolução do nível geral dos preços e conferir maior estabilidade à libra, mais vulnerável como consequência da expectativa em torno do Brexit.

2.1.1.3. Zona Euro

A Zona Euro cresceu menos do que o esperado em 2018, sendo estimada uma taxa de crescimento de 1,9%, inferior em 0,2 p.p. face ao projectado em meado do ano e 0,5 p.p. em comparação ao ano anterior².

O fraco desempenho das exportações condicionou o crescimento do bloco, como reflexo da apreciação inicial do euro e a menor procura externa².

O desemprego diminuiu ao longo do ano, de 8,6% para 7,9%. A taxa de inflação evoluiu de 1,3% em 2017 para 1,5% em 2018, uma evolução moderada, apesar dos estímulos do Banco Central Europeu, que manteve a política monetária acomodatória, com a taxa de juro de referência em mínimo histórico, 0%, e a manutenção do programa de compra de activos (*quantitative easing*), que resultou na injeção de mais de 2.600 mil milhões EUR na economia durante o período em que vigorou, tendo sido descontinuado no final do ano de 2018.

2.1.1.4. Japão

A economia nipónica apresentou uma taxa de crescimento estimada de 0,8% em 2018, segundo o Banco Mundial, condicionada às condições climáticas e desastres naturais².

O mercado laboral manteve-se vigoroso, tendo a taxa de desemprego reduzido em 0,3 p.p. ao longo de 2018, situando-se em 2,4%. O nível de remuneração cresceu e a taxa de participação

manteve-se acima de 79%, apesar do enfraquecimento da produtividade².

A taxa de inflação apresentou tendência decrescente ao longo do ano, tendo variado de 1% para 0,3%, apesar da manutenção dos estímulos do Banco Central do Japão em que se destacam o programa de controlo da *yield curve* e o *quantitative easing*.

O Banco Central do Japão manteve a taxa de juro de referência inalterada em -0,1% ao longo do ano. Os estímulos por via da política monetária não têm apresentado os níveis de eficácia esperados, com a inflação e o PIB a crescerem de forma moderada. Entretanto, devido, sobretudo, ao nível de dívida pública, que ronda os 250% do PIB (dívida pública bruta), levou a que o Governo tomasse a decisão de aumentar o imposto ao consumo no final do ano, apesar do Governo já ter anunciado um pacote temporário de estímulos para atenuar o impacto da carga fiscal adicional, espera-se que a economia continue sem apresentar os níveis de crescimento desejado.

2.1.2. Economias Emergentes e em Via de Desenvolvimento

2.1.2.1. BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Os BRICS – conjunto de cinco países constituído pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – registou crescimento económico anual de 5,3% em 2018, segundo estimativas do Banco Mundial, mantendo a tendência ascendente apurada nos anos anteriores, de 4,0% em 2015, 4,4% em 2016 e 5,2% em 2017.

O preço do petróleo mais alto, suportado pelo acordo de corte de produção da OPEP e alguns dos principais produtores mundiais, como a Rússia, contribuiu para a recuperação das economias do Brasil e da Rússia, que cresceram pelo segundo ano consecutivo após a contracção em 2016. Em 2018, o Banco Mundial estima que o PIB do Brasil e da Rússia se tenha expandido em 1,2% e 1,6%, respectivamente, face a 1,1% e 1,5% em 2017.

² Banco Mundial, *Global Economic Prospects, January 2019*

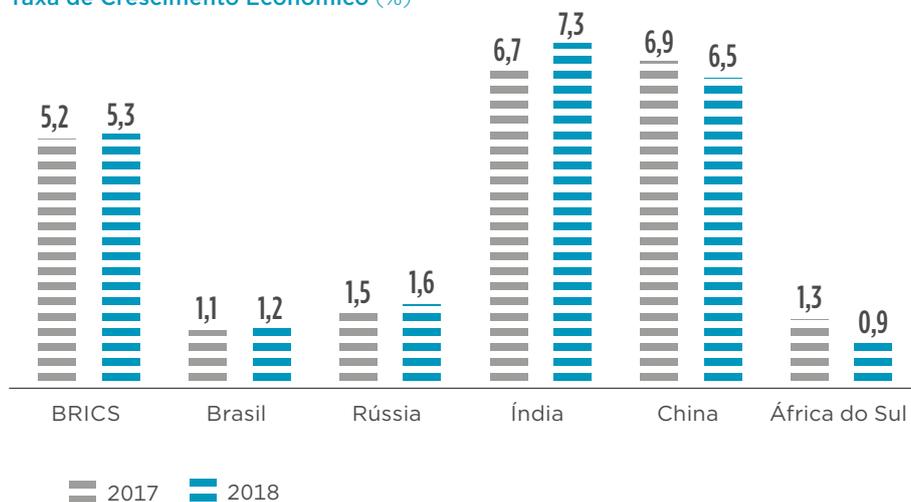
Os BRICS – conjunto de cinco países constituído pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – registou crescimento económico anual de 5,3% em 2018, segundo estimativas do Banco Mundial, mantendo a tendência ascendente apurada nos anos anteriores, de 4,0% em 2015, 4,4% em 2016 e 5,2% em 2017.

A China e a África do Sul cresceram 6,5% e 0,9% em 2018, menos do que em 2017, altura em que se situou em 6,9% e 1,3%, respectivamente. As razões para o crescimento mais moderado divergem. A China ressentiu-se das tensões políticas e comerciais, e conseqüente guerra comercial com os EUA, do fraco desempenho dos seus principais parceiros comerciais e da reestruturação do seu modelo de crescimento económico, de um modelo voltado para as exportações (consumo externo) e investimento, para um modelo de crescimento assente no consumo interno.

Quanto à África do Sul, enfrentou um conjunto de restrições estruturais, que penalizaram sectores importantes, como a agricultura e a pesca, a indústria mineira e o sector manufactureiro⁴, sectores responsáveis pela expansão da economia nos anos anteriores. Entre as restrições estruturais destacam-se a seca (efeito do fenómeno El Niño), a incerteza política e a queda na confiança dos investidores, o *outflow* de capitais e a pressão cambial sobre o rand, a necessidade não satisfeita de investimentos em infra-estruturas e o alto nível de desemprego (superior a 26%)⁵.

Em relação à Índia, o PIB cresceu 7,3% em 2018, representando um aumento de 0,6 p.p. face ao ano anterior, segundo o Banco Mundial. A Índia liderou a *performance* dos BRICS em 2018, alavancada pelas reformas estruturais implementadas – como a reforma fiscal e a melhoria da Governação da *performance* do sector público – e a estabilidade macroeconómica, que contribuíram para a melhoria da confiança dos investidores e do ambiente de negócio.

Taxa de Crescimento Económico (%)



Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects, January 2019*

⁴ *South African Market Insights*. Disponível em: <https://www.southafricanmi.com/south-african-gdp.html>. Acesso em 4 de Março de 2019

⁵ *Engineering News*. Disponível em: <http://www.engineeringnews.co.za/article/world-bank-says-confidence-not-enough-to-lift-south-african-growth-prospects-2019-01-22>. Acesso em 22 de Janeiro de 2019

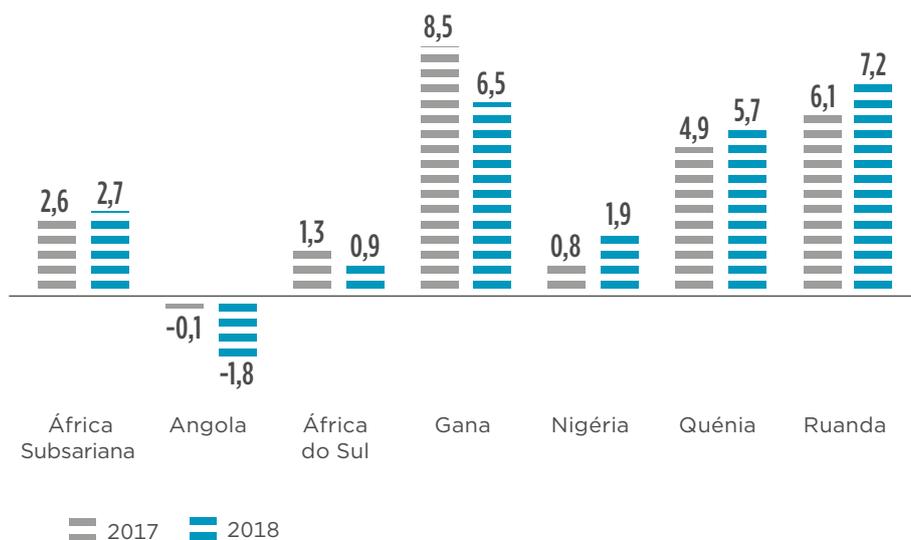
2.1.2.2. África Subsariana

O PIB da África Subsariana registou um crescimento de 2,7% em 2018, superando o registo de 2,6% verificado em 2017 e mantendo-se ainda muito condicionado ao desempenho do mercado das *commodities*².

Segundo o Banco Mundial, das três grandes economias líderes na região (África do Sul, Nigéria e Angola), apenas a Nigéria cresceu mais em 2018 comparativamente a 2017, com um registo de 1,9% em 2018 e 0,8% em 2017, reflexo da recuperação da capacidade produtiva no sector petrolífero, suportada pela redução dos ataques a *oil fields* (campos de petróleo).

África do Sul e Angola apresentaram níveis de crescimento muito aquém da expectativa, condicionados pelos constrangimentos do actual contexto macroeconómico, que os leva a encetarem o processo de reformas político-económicas, suportados por um conjunto de medidas de estabilização económica, como a adopção de políticas monetárias restritivas e a elaboração de modificações no pacote fiscal.

Taxa de Crescimento Económico (%)



Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects, January 2019*

2.2. Economia angolana

2.2.1. Sector real

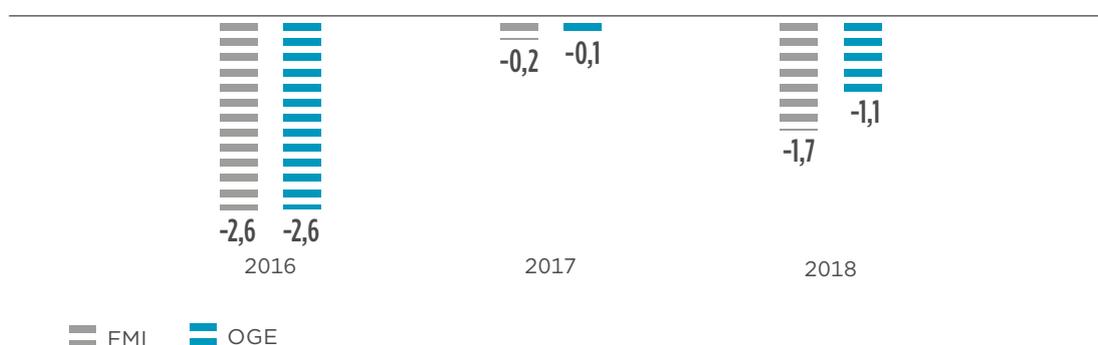
O ano de 2018 caracterizou-se pela manutenção da recessão económica, em níveis superiores a 2017. A economia registou desempenho negativo pelo terceiro ano consecutivo, de acordo com informações do Fundo Monetário Internacional (FMI), ao apresentar uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) negativa em 2018, de -1,7%⁶. O registo representa um intensificar do declínio em 1,5 p.p., comparativamente ao desempenho de 2017. Adicionalmente, o Banco Mundial considera que a variação económica em 2018 fixou-se em -1,8%², deteriorando-se em 1,7 p.p., em relação a 2017.

O Governo reportou também uma contracção do PIB de -1,1%, de acordo com dados da Programação Monetária Executiva Revista (PMER)⁷, que representa um intensificar de 1 p.p. em comparação a 2017. A perspectiva do Governo supera a do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que estima que a taxa de crescimento tenha atingido 0,7%⁸ em 2018, que compara a taxa de -0,2% apurada em 2017.

A promoção do sector não petrolífero apresenta-se como um dos principais objectivos desde o declínio da cotação internacional do crude. O Governo estima que o sector tenha registado um crescimento de 1,0% em 2018, inferior ao registo de 1,2% referente ao ano anterior. O desempenho do sector não petrolífero reflecte a recuperação da actividade económica nos sectores da energia, com crescimento de 30%, sendo sucedido pela agricultura com incremento de 3,1% e pelo sector da construção com 2,3% de crescimento⁹.

No que respeita ao sector de petróleo e gás, o crescimento de 6,1% previsto no OGE 2018 não será registado, tendo-se em consideração a PMER que perspectiva uma contracção de 8,2%. O registo do sector representa uma redução significativa comparativamente ao desempenho de -5,3% relativo a 2017, em consequência da revisão em baixa da produção petrolífera, incluindo o gás em 8%, para 1.617,3 mil barris/dia, cerca de 590,3 milhões de barris/ano. Apesar do preço médio das exportações de crude em 2018 ter-se fixado em 72 USD/barril, que superou em aproximadamente 43% a média de 50 USD/barril prevista no OGE 2018.

Taxa de Crescimento do PIB (%)



Fonte: Fundo Monetário Internacional – *Country Report*, Dezembro de 2018; OGE 2019 e Instituto Nacional de Estatística – Contas Nacionais, 3.º Trimestre de 2018

² Banco Mundial, *Global Economic Prospects*, January 2019

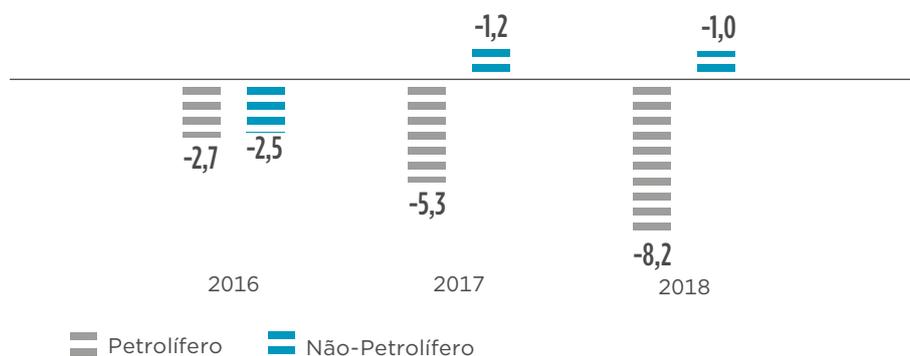
⁶ FMI, *Country Report No. 18/370*, de Dezembro de 2018

⁷ Dados referentes ao PMER foram divulgados no OGE 2019

⁸ Banco Africano de Desenvolvimento, *African Economic Outlook 2019*

⁹ Relatório de fundamentação do OGE 2019

PIB Petrolífero e Não Petrolífero (%)



Fonte: Orçamento Geral do Estado 2019

2.2.1.2. Indicadores de conjuntura

A expectativa dos empresários sobre o desempenho da economia no curto prazo, representada pelo Indicador de Clima Económico (ICE), fixou-se em -12 pontos no quarto trimestre de 2018, traduzindo-se numa recuperação de 4 pontos em relação ao trimestre anterior e de 3 pontos, comparativamente ao período homólogo.

O indicador de confiança registou a melhor variação homóloga nos sectores da “Construção” (25 pontos, fixando-se em -20 pontos) e “Transportes” (de 8 pontos, para 5 pontos). Por outro lado, as reduções mais significativas corresponderam aos sectores da “Comunicação” (de 8 pontos, para 19 pontos) e “Indústria Transformadora” (de 7 pontos, para -15 pontos), que apresentam como principais constrangimentos o nível elevado da taxa de juro, as dificuldades financeiras e a falta de matéria-prima.

A produção industrial¹⁰ apresentou uma trajectória decrescente no terceiro trimestre de 2018, com o Índice de Produção Industrial (IPI) a registar redução trimestral de 0,7% e homóloga de 10%. O registo homólogo reflecte a variação negativa da “Indústria Extractiva” (12,1%) e dos “Produtos de Energia” (10,3%), apesar do registo positivo dos “Bens Intermedios” (30,4%) e “Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Vapor” (18,2%).

A taxa de desemprego situou-se em 20%¹¹ de acordo com dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde 2015-2016, que difere do registo do desemprego de 24,2% referente ao Censo de 2014.


-1,8%

Variação económica em 2018,
considerada pelo Banco Mundial.

¹⁰ As informações referentes ao IPI correspondem às mais actualizadas divulgadas até 25 de Fevereiro de 2019

¹¹ Os dados mais recentes foram divulgados em Setembro de 2017

Indicador de Clima Económico (pontos)

Designação	Índice		
	4T 2017	3T 2018	4T 2018
Indicador de Clima Económico	-15	-16	-12
Indicador de Confiança do Comércio	-30	-29	-24
Indicador de Confiança da Construção	-45	-33	-20
Indicador de Confiança da Indústria Transformadora	-8	-21	-15
Indicador de Confiança dos Transportes	-3	5	5
Indicador de Confiança do Turismo	-18	-23	-21
Indicador de Confiança da Indústria Extractiva	-4	-14	-7
Indicador de Confiança de Comunicação	27	16	19

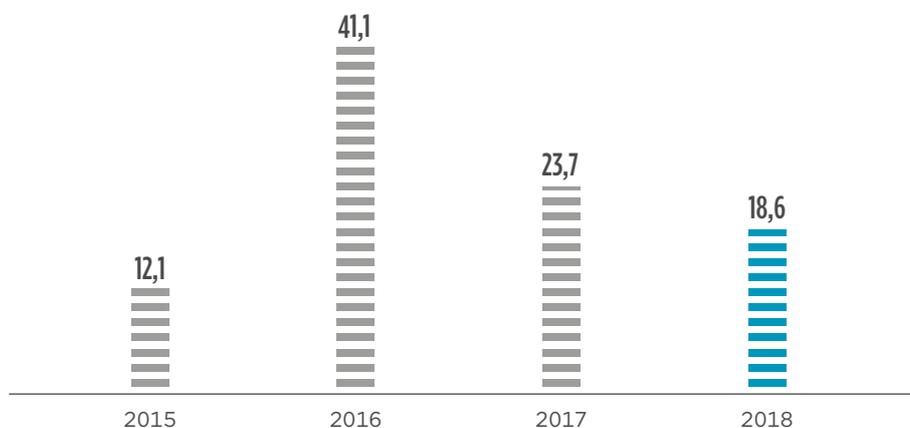
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

2.2.1.3. Nível de preços

A taxa de inflação nacional¹² registou uma trajectória decrescente ao longo de 2018, mantendo-se abaixo do registo em 2017 e 2016, de 23,7% e 41,1%, respectivamente.

O registo da inflação é significativamente inferior à estimativa de 28,7% apresentada no OGE 2018, mantendo-se abaixo do registo de 2017 e 2016, de 23,67% e 41,1%, respectivamente.

A desaceleração da inflação, apesar da entrada em vigor da taxa de câmbio flutuante com bandas em Janeiro de 2018, reflecte a adopção de estratégias conjuntas pelos reguladores da economia, que incluem a implementação do regime de preços vigiados em 2016, a eliminação de vendas directas de divisas com o objectivo de garantir maior eficiência na distribuição de moeda estrangeira, a disponibilização de bens variados, a política monetária mais restritiva, com destaque para o fim dos cativos em moeda nacional para a aquisição de moeda estrangeira, e a eliminação da possibilidade de constituição de reservas obrigatórias mediante o recurso a Títulos do Tesouro da carteira dos bancos.

Taxa de Inflação Homóloga (%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

¹² Taxa de inflação homóloga nacional que tem sido usada como referência pelo Banco Nacional de Angola desde Janeiro de 2018

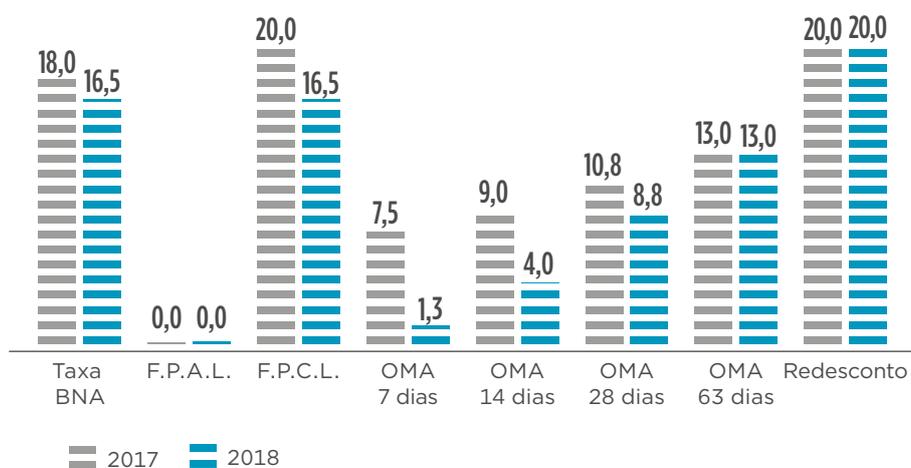
O compromisso do BNA com o fortalecimento do sector financeiro espelhou-se no aumento do capital social exigido aos bancos comerciais de 2,5 mil milhões AKZ para 7,5 mil milhões AKZ.

2.2.2. Política monetária

O último ano foi marcado pela moderação das medidas restritivas de política monetária adoptadas pelo Banco Nacional de Angola nos anos precedentes.

O BNA reduziu a Taxa de Juro de Cedência de Liquidez por duas vezes em 2018, nas reuniões do Comité de Política Monetária de Maio e Julho, tendo reduzido de 20,0% a 18,0% e de 18,0% a 16,5%, respectivamente. Por outro lado, a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez manteve-se inalterada, em 0%.

Taxas de Juro de Referência (%)



OMA: Operações de Mercado Aberto

Fonte: Banco Nacional de Angola

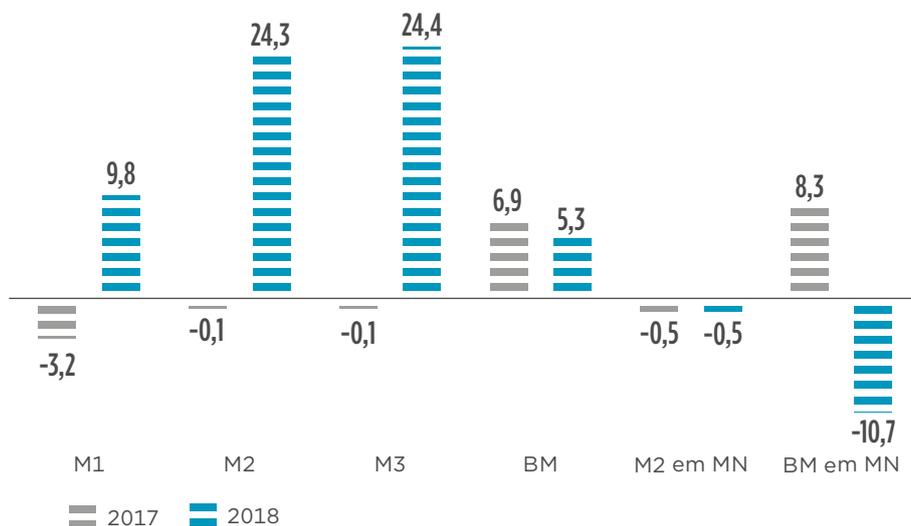
O Comité de Política Monetária (CPM) do BNA decidiu na reunião de Maio unir a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez e a Taxa Básica de Juro (Taxa BNA), passando a designar-se apenas por Taxa BNA, fixando-se em 18%. Assim sendo, a Taxa BNA passou a reflectir o custo efectivo da cedência de liquidez aos bancos comerciais. Por outro lado, alterou a periodicidade das reuniões do CPM para bimestrais, sendo que antes ocorriam mensalmente.

Apesar da forte depreciação cambial resultante da alteração do regime cambial de fixo para flutuante com bandas, e do histórico de correlação entre a taxa de câmbio e a taxa de inflação terem gerado expectativas de aumento da taxa de inflação, verificou-se efeito contrário, tendo a redução da inflação sido suportada pela adopção de política monetária restritiva, conjugada com o aumento das vendas de divisas e a substituição gradual das vendas directas pelos leilões de divisas, que conferiu maior eficiência à distribuição do recurso, o que permitiu que não se verificasse uma ruptura no fluxo normal de importações, contribuindo para a preservação do nível de oferta de bens e serviços e estabilidade dos preços.

A tendência de queda da taxa de inflação homóloga, que em meados de 2018 se situava abaixo de 20%, significativamente abaixo dos 23% previstos na Programação Macroeconómica do Executivo, permitiu ao Banco Central cortar a Taxa de Juro de Referência.

A base monetária (BM) em moeda nacional (MN) assumiu o estatuto de principal indicador económico-financeiro para as decisões de política monetária e, à semelhança dos agregados monetários, caso se exclua a componente de moeda estrangeira, contraiu ao longo do ano cerca de 10,7%.

Agregados Monetários (Δ homóloga %)



Fonte: Banco Nacional de Angola

Entretanto, a massa monetária, mensurada pelo agregado monetário M2, expandiu 24%, diferente do -0,1% apurado em 2017, devido, sobretudo, ao efeito da depreciação cambial. A base monetária em moeda nacional, referência para as decisões de política monetária do Banco Nacional de Angola, contraiu 11% no período em análise, com reflexo da menor disponibilidade de kwanzas na economia.

A depreciação do kwanza também condicionou os agregados monetários M1 e M3, tendo registado um crescimento de 10% e 24%, respectivamente, que contrastam com -3% e 1% apurados em 2017.

Em 2018, o BNA, apesar de ter mantido o coeficiente das reservas obrigatórias inalterado ao longo dos primeiros cinco meses em 21% para moeda nacional e 15% para a moeda estrangeira, realizou, nas reuniões seguintes, duas diminuições consecutivas de 2 p.p. do coeficiente em moeda nacional, em Maio e Julho, ao atingir 17%.

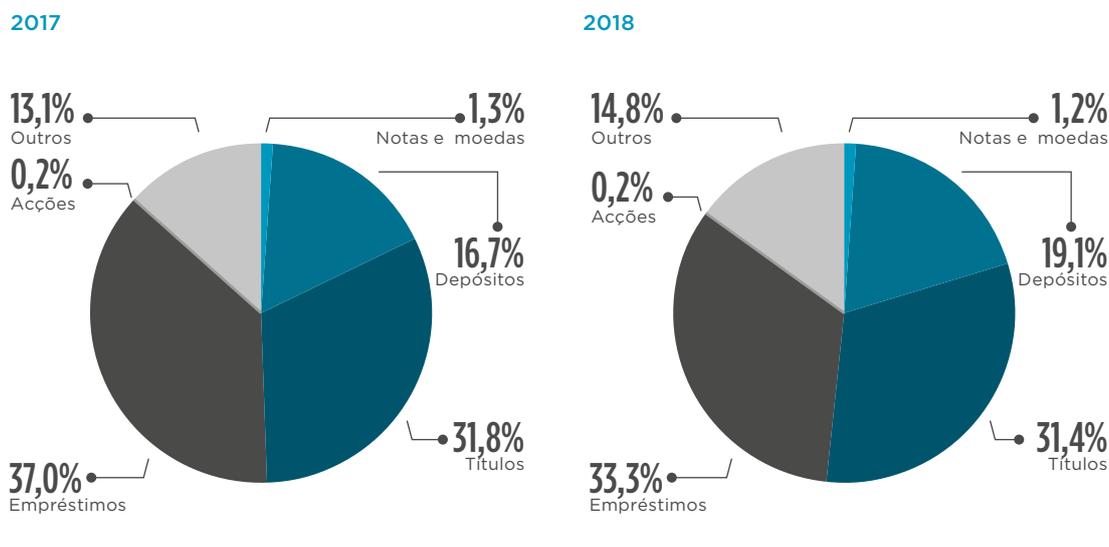
Em Julho, o CPM do BNA decidiu padronizar o coeficiente das reservas obrigatórias em 17% para todos os depósitos em moeda nacional. Anteriormente, o coeficiente para os depósitos do Governo Central fixava-se em 75% e para os Governos Locais e Administrações Municipais situava-se em 50%. A decisão conferiu liquidez adicional aos bancos, principalmente para os bancos que possuem grandes volumes de depósitos do Governo, em moeda nacional, que são, essencialmente, os de maior dimensão.

O compromisso do BNA com o fortalecimento do sector financeiro espelhado no aumento do capital social exigido aos bancos comerciais de 2,5 mil milhões AKZ para 7,5 mil milhões AKZ, para se cumprir até final de 2018, culminou com a revogação da licença a dois bancos comerciais, por incumprimento. O FMI reconhece a relevância da robustez do sistema financeiro para a execução das reformas necessárias para o país, com destaque para a evolução do crédito malparado, em que reconhece que a Recredit terá um papel essencial a desempenhar, principalmente na recapitalização e reestruturação dos bancos públicos.

2.2.3. Sector bancário¹³

Os activos dos bancos comerciais registaram um incremento de 30%, em 2018, que compara ao registo de 2% apurado em 2017. Parte relevante deste crescimento foi suportado pelo efeito cambial gerado pela depreciação do kwanza ao longo do ano, uma vez que os bancos ainda registam um peso de activos em moeda externa superior a 30% do total de activo.

Em termos de estrutura, foi apurada uma redução da quota dos empréstimos sobre o total do activo, tendo reduzido de 37,0% para 33,3%. Em contrapartida, as rubricas de depósitos (em instituições financeiras residentes e não-residentes) e outros activos (imobilizados e outros activos de menor liquidez) aumentaram as suas quotas em 2,4 p.p. e 1,7 p.p., respectivamente, ao atingir 19,1% e 14,8% do total de activo em 2018. Em relação aos títulos de dívida, a variação foi moderada, sendo que decresceu 0,4 p.p., fixando-se em 31,4% em 2018.



¹³ Os dados divulgados pelo BNA referentes a 2018 são preliminares. Existe, portanto, a possibilidade de divergirem dos dados definitivos. Actualizado em 15 de Março de 2019

A conta de capital e reservas cresceu cerca de 53,5%, de 1.338 mil milhões AKZ em 2017 a 2.055 mil milhões AKZ em 2018, em linha com os requisitos de capital mínimo mais exigentes definidos pelo BNA, com o incremento do capital social exigido aos bancos de 2,5 mil milhões AKZ para 7,5 mil milhões AKZ.

No lado do passivo dos bancos, destaca-se o incremento dos depósitos transferíveis em 12%, de 3.313 mil milhões AKZ a 3.727 mil milhões AKZ, e dos outros depósitos em 44%, de 2.786 mil milhões AKZ a 4.003 mil milhões AKZ.

O efeito cambial foi determinante para o crescimento do passivo, sendo que o total de depósitos transferíveis em moeda externa ascende a um terço do total. Em relação a outros depósitos, sendo que a parcela em moeda é maior, representando cerca de 57% do total, o impacto cambial foi maior. Os depósitos transferíveis em moeda externa cresceram 44%, para 1.305 mil milhões AKZ, e os outros depósitos em moeda externa aumentaram 111%, para 2.299 mil milhões AKZ.

O rácio do crédito vencido malparado sobre o crédito total bruto reduziu de 28,8% em 2017 para 28,1% em 2018. Em relação ao crédito malparado líquido de provisões para imparidades sobre os fundos próprios regulamentares, o rácio reduziu para metade, de 35% para 20%, reflectindo, provavelmente, o facto de os bancos terem ampliado significativamente as suas provisões para imparidades.

O resultado líquido sobre o activo total médio dos bancos (Rendibilidade dos Activos) aumentou significativamente, passando de 2,1% a 4,4%, e o resultado líquido sobre fundos próprios totais médios (Rendibilidade do Capital) passou de 14,5% a 26,6%, de 2017 a 2018, que demonstra que a actividade bancária mantém-se rentável.

O rácio *cost-to-income* contraiu de 51,8% em 2017 para 30,3% em 2018, que demonstra que a proporção dos custos operacionais em relação ao produto bancário reduziu, como resultado do forte crescimento dos resultados líquidos no sector. A diferença (*spread*) entre as taxas de empréstimo e as taxas de depósitos aumentou, no período em análise, de 23,8% para 27,3%.

2.2.4. Sector fiscal

2.2.4.1. Orçamento Geral do Estado

O montante total das receitas públicas poderá ter atingido 5.625 mil milhões AKZ em 2018, segundo a PMER apresentada no OGE 2019, que superou a estimativa de 4.404 mil milhões AKZ apresentada no OGE 2018. As receitas correntes representam 100% do total de receitas, sendo que não se apresenta a rubrica referente às receitas de capital, quando no OGE 2018 se estimava arrecadação de zero.

As receitas fiscais poderão ter representado cerca de 93,5% do total das receitas correntes, ao fixarem-se em 5.257 mil milhões AKZ, superior aos 4.139 mil milhões AKZ previstos. As receitas provenientes dos impostos petrolíferos podem ter atingido 3.885 mil milhões AKZ - dos quais 67% representam os direitos da concessionária - e as provenientes dos impostos não petrolíferos fixaram-se em 1.371 mil milhões AKZ.

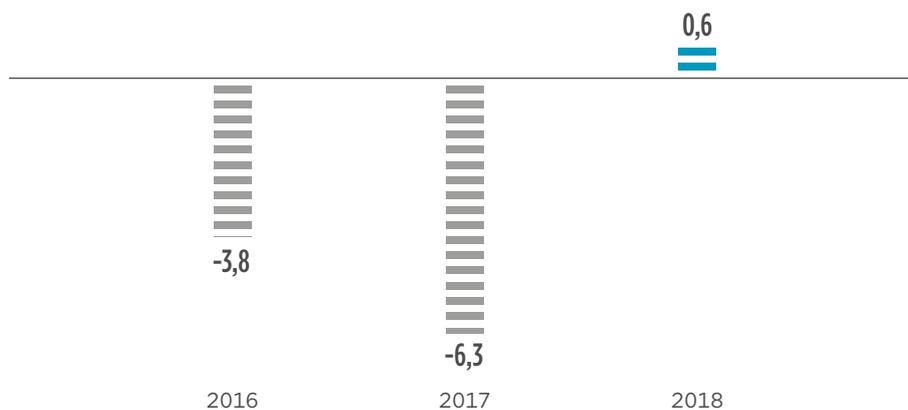
De acordo com as estimativas do Governo, o total das despesas públicas poderá ter-se fixado em 5.450 mil milhões AKZ, em 2018, superior aos 5.209 mil milhões AKZ previstos para o ano. As despesas correntes deverão representar 80,2% do total de despesas, equivalente a cerca de 4.370 mil milhões AKZ, e as despesas de capital, o restante.

As despesas correntes são constituídas pela Remuneração dos Empregados (38,7%), Juros (27,1%), Bens e Serviços (22,2%) e Transferências Correntes (12%).

A gestão orçamental tem sido caracterizada pela perspectiva positiva relativa ao aumento da cotação do crude, que tem contribuição significativa sobre a arrecadação de receitas pelo Estado. O Presidente da República, João Lourenço, no seu discurso de Abertura do Novo Ano Parlamentar sobre o Estado da Nação, proferido em Outubro de 2018, referiu que as receitas petrolíferas, resultantes da diferença entre o preço do petróleo estimado no OGE, de 50 USD/barril, e o nível de preço médio das ramas exportadas por Angola, em aproximadamente 70 USD/barril, atingiu 4 mil milhões USD, que se destinou ao pagamento da dívida interna titulada.

O cenário de défices fiscais sucessivos registados desde 2014 poderá ser revertido a partir de 2018, com o Governo a estimar um saldo global de 0,6% do PIB. As projecções reflectem a expectativa positiva sobre o incremento das receitas fiscais que superam a variação das despesas, tendo-se em consideração o objectivo de consolidação fiscal, com o Governo a perspectivar que, em 2018, o *superavit* primário se situe em 1.375 mil milhões AKZ, cerca de 4,8% do PIB, sendo esperado que os juros do serviço de dívida atinjam 4,2% do PIB⁹.

Saldo Orçamental (% PIB)



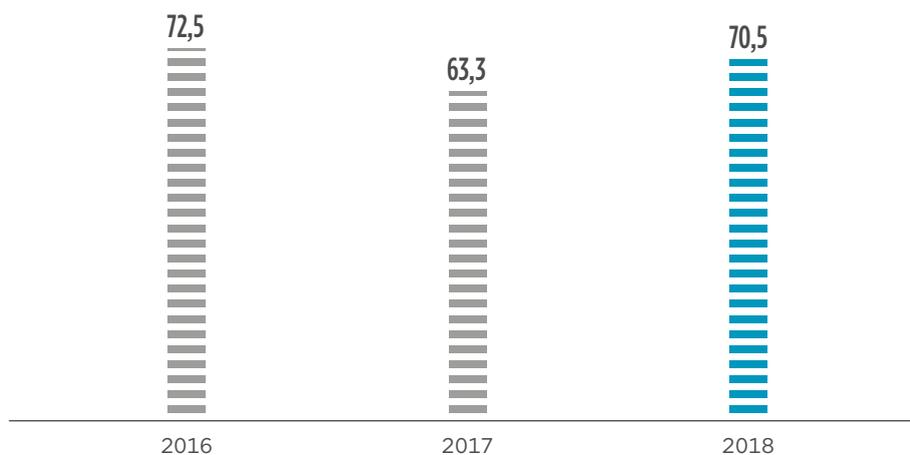
Fonte: Orçamento Geral do Estado 2019

⁹ Relatório de Fundamentação do OGE 2019
Nível do *stock* de dívida em Agosto, segundo o OGE 2019

2.2.4.2. Dívida pública

O *stock* da dívida pública poderá ter atingido 20.319 mil milhões AKZ, na análise de Janeiro a Agosto de 2018, montante que representa aproximadamente 70,5% do PIB. Relativamente à dívida governamental, destaca-se que a estimativa fixou-se num nível de aproximadamente 19.226 mil milhões AKZ, que se aproxima a 66,7% do PIB. O registo da dívida pública em 2018 representa um incremento de 7,2 p.p., em relação a 2017, no entanto uma diminuição de 2 p.p., comparativamente ao registo de 2016, em consequência da redução do preço internacional do crude, depreciação cambial e da recessão na economia.

Stock de Dívida Governamental (% PIB)



Fonte: Orçamento Geral do Estado 2019

O serviço da dívida atingiu 5.756 mil milhões AKZ em 2018, tendo mais que triplicado face ao ano de 2016 (1.709 mil milhões AKZ). O peso do serviço da dívida sobre a despesa total no OGE passou de 28,4% do PIB em 2016 para 57,4% do PIB em 2018. Com a mesma trajetória crescente apresenta-se a razão entre o serviço da dívida e a receita de impostos, que variou de 65,8% para 77,8% do PIB, no período acima referido¹⁴.

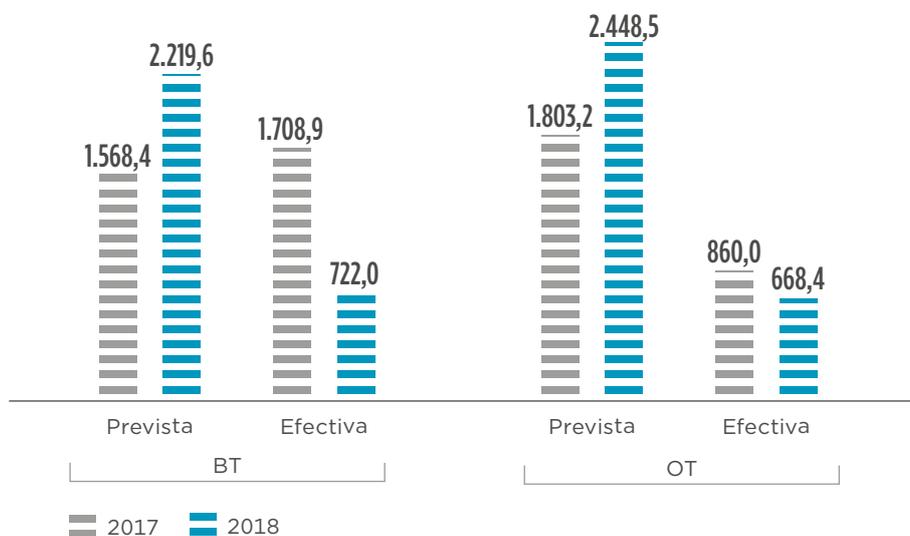
Os dados mais recentes divulgados no Plano Anual de endividamento (PAE) 2019, aprovado em Janeiro de 2019, estima um *stock* da dívida Governamental (excluindo a dívida das empresas públicas) e de 20.659 mil milhões AKZ, cerca de 72% do PIB.

O *stock* de dívida interna situou-se em 28% do PIB em 2018 e a dívida externa em 44%, sendo que diferem dos 31% e 29% previstos no PAE para 2018.

Em 2018, o Tesouro previa emitir 2.220 mil milhões AKZ em Bilhetes do Tesouro (BT's) e 2.449 mil milhões AKZ em Obrigações do Tesouro (OT's). No entanto, as captações foram mais reduzidas, de apenas 722 mil milhões AKZ e 668 mil milhões AKZ, para os BT's e OT's, respectivamente.

¹⁴ Valores em kwanzas obtidos com recurso à taxa de câmbio média de fim do período divulgada pelo BNA

Emissões de Títulos do Tesouro (mil milhões AKZ)



Fonte: Plano Anual de Endividamento (PAE) 2019

Em relação ao mercado externo, a expectativa de captações fixou-se em 1.959 mil milhões AKZ, em que se destaca a componente correspondente a emissão de eurobonds com montante previsto de 437 mil milhões AKZ, aproximadamente 22,33% do total. No entanto, em 2018, efectivou-se a emissão de aproximadamente 3,5 mil milhões USD em eurobonds, que representa cerca de 843 mil milhões AKZ¹⁵, que reflecte a segunda emissão de eurobonds realizada em Maio de 2018, no montante de 3 mil milhões USD, repartidos em 1,75 mil milhões USD na maturidade de 10 anos à taxa de 8,3%, e 1,25 mil milhões USD na maturidade de 30 anos à taxa de 9,4%. A procura elevada pelos títulos permitiu a reabertura da emissão em Julho, tendo sido adicionados 500 milhões USD à linha de emissão de 1,25 mil milhões USD com maturidade em 2048.¹⁶

2.2.5. Sector externo¹⁷

A balança de pagamentos apresentou saldo deficitário de 1.213 milhões USD no terceiro trimestre de 2018, uma deterioração significativa comparativamente ao *superavit* de 597 milhões USD referente ao período homólogo, influenciado pelo agravamento do défice da conta capital e financeira e a rubrica dos erros e omissões.

A conta corrente registou um *superavit* de 2.979 milhões USD, que representa uma melhoria face ao défice de 592 milhões USD apurado no mesmo período de 2017, enquanto o rácio da conta corrente sobre o Produto Interno Bruto (PIB) variou de -1,9% no terceiro trimestre de 2017 para 10,8% no mesmo período de 2018.

A conta de bens, que associada à de serviços e de rendimentos compõem a conta corrente, apresentou a maior variação positiva ao registar aumento homólogo de 48,8%, para 6.788 milhões USD no penúltimo trimestre de 2018. Destaca-se que o peso da conta sobre o PIB variou de 14,6% para 24,5%, no período em análise.

¹⁵ Valores em kwanzas obtidos com recurso à taxa de câmbio média de fim do período divulgada pelo BNA

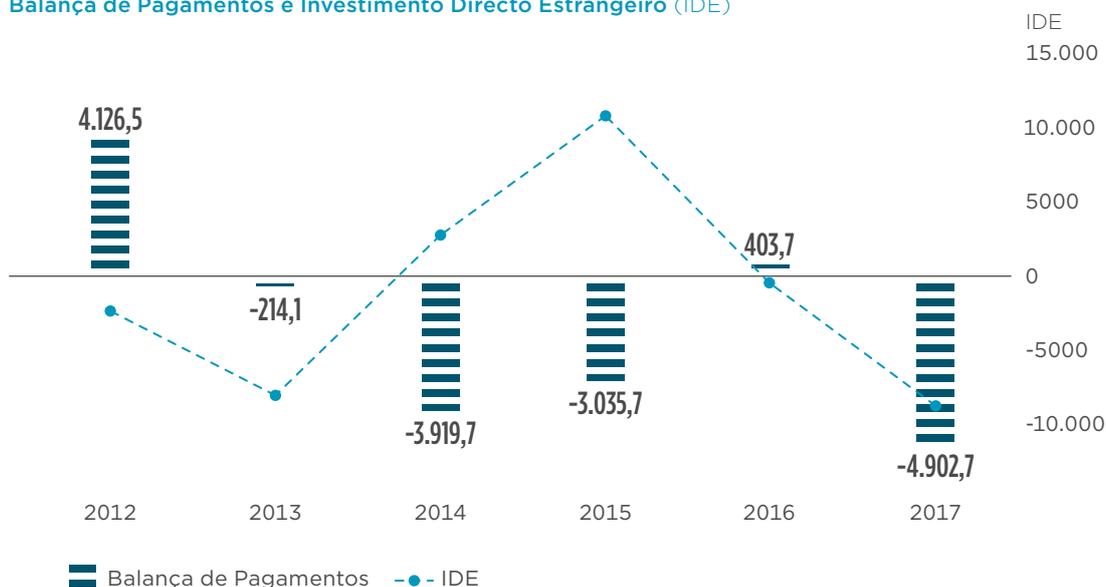
¹⁶ *Jornal de Angola*. Disponível em: «http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/emissao_de_eurobonds_reabre_com_520_milhoes_de_dolares». 19 de Julho de 2018

¹⁷ Até à data (22 de Março de 2019), não tinham sido publicados dados do quarto trimestre de 2018

A análise homóloga do terceiro trimestre de 2018 revela que as exportações aumentaram 28% e as importações expandiram 3,6%. Em relação às exportações, a China foi o principal destino (62,3% do total) e o petróleo bruto o principal produto (91,5% do total); no caso das importações, a China liderou como principal país de origem (20,5% do total) e os bens alimentares como principal produto de importação (23,3% do total).

Durante o período em análise, a conta de capital manteve-se em 29.217 USD, influenciada pela estabilidade na concessão de licenças de exploração pesqueira. Por sua vez, a conta financeira registou uma desaceleração do *superavit* de 31%, situando-se em 2.544 milhões USD¹⁸ no terceiro trimestre de 2018, influenciada principalmente pela redução dos activos de reserva (323%) e do investimento directo (39%).

Balança de Pagamentos e Investimento Directo Estrangeiro (IDE)



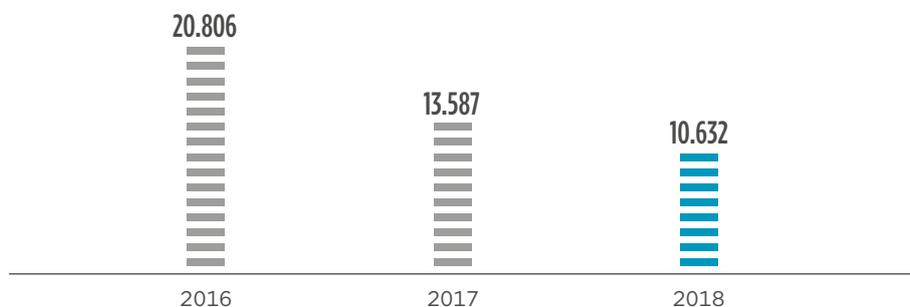
Fonte: Banco Nacional de Angola

O investimento directo estrangeiro, uma das rubricas de destaque da conta financeira, apresentou uma redução do *superavit* de 39,1%, para 1.155 milhões USD no terceiro trimestre de 2018, tendo-se em consideração que o investimento directo estrangeiro em Angola (passivo), no terceiro trimestre de 2018, atingiu 1.904 milhões USD, um incremento homólogo de 34,2%. Este fluxo relaciona-se essencialmente com a execução de projectos ligados ao sector petrolífero (84,2% do total), com os Estados Unidos da América a representar a principal origem dos recursos (22,4% do total).

O montante de investimento realizado no exterior (activo) diminuiu 7,7%, para 3.059 milhões USD, com Portugal a representar o principal destino, e o sector não petrolífero (particularmente o ramo financeiro, banca) a ser o mais atractivo.

A posição do investimento internacional líquido no terceiro trimestre de 2018 atingiu um défice de 30.837 milhões USD, deteriorando-se face ao período homólogo em 8,1%, influenciada pelo aumento dos passivos em 4%, para 80.087 milhões USD, e dos activos em 1,6%, situando-se em 49.250 milhões USD.

¹⁸ A apresentação analítica de dados do BNA usada para auferir o saldo da balança de pagamentos de -1.213 milhões USD revela um registo de -3.758 milhões USD na conta financeira, no entanto os activos (saídas) superaram os passivos (entradas), por tal representa um *superavit*

Reservas Internacionais Líquidas (milhões USD)

Fonte: Banco Nacional de Angola

Em 2018, as Reservas Internacionais Líquidas contraíram cerca de 19%, tendo atingido 10,63 mil milhões USD no final do ano, como resultado da pressão gerada pelo aumento das vendas de divisas que, em 2018, atingiu 11,46 mil milhões EUR, superior em 5% face ao ano transacto.

Comércio externo, principais parceiros (milhões AKZ)

Comércio externo				
	3º T 2017		3º T 2018	
Exportações	1.385.430	(100%)	2.925.864	(100%)
China	733.118	(52,9%)	1.692.354	(57,8%)
Índia	87.588	(6,3%)	288.200	(9,9%)
EUA	77.676	(5,6%)	94.611	(3,2%)
Outros	246.834	(17,8%)	224.566	(7,7%)
Importações	512.255	(100%)	674.771	(100%)
China	90.903	(17,7%)	147.541	(21,9%)
Portugal	82.546	(16,1%)	107.553	(15,9%)
EUA	40.904	(8,0%)	40.904	(6,8%)
Outros	137.153	(26,8%)	297.902	(20,7%)
Saldo	873.175		2.251.093	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

2.3. Mercados financeiros¹⁹

2.3.1. Mercado de capitais

a) Mundo

As principais bolsas de valores apresentaram, de forma geral, *performances* negativas ao longo do ano 2018, penalizadas pelas incertezas geradas pelas tensões comerciais entre as principais economias mundiais, devido à crescente onda de proteccionismo entre as nações, com destaque para os EUA.

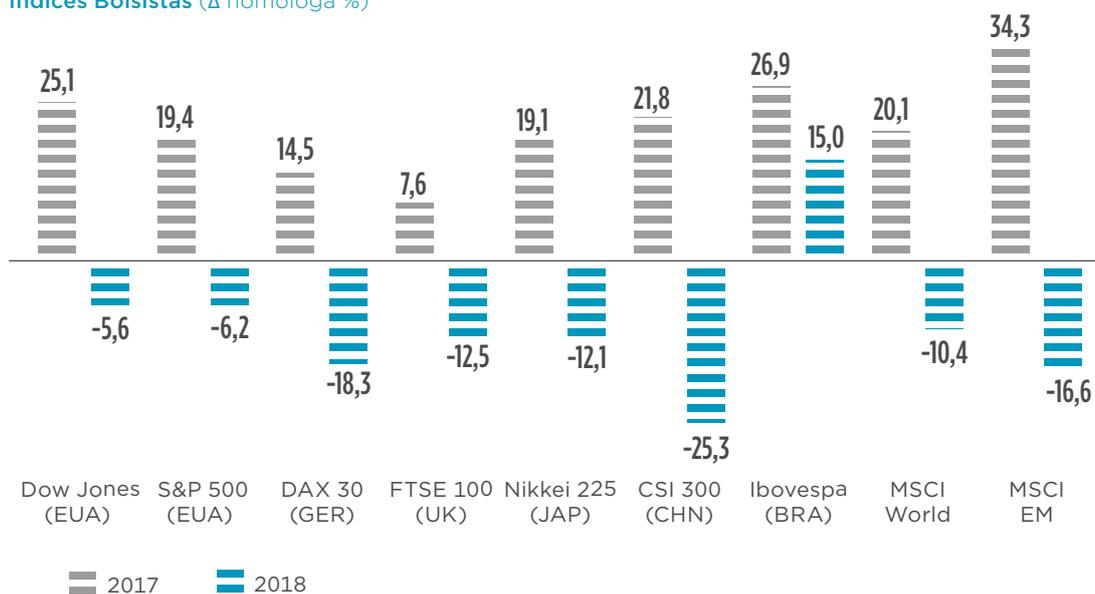
Os índices bolsistas da Morgan Stanley Capital International (MSCI), MSCI World e MSCI Emerging Markets permitem analisar a tendência global das bolsas nas economias avançadas e emergentes, respectivamente.

O MSCI World contraiu 10,4% em 2018, tendo atingido 1.883,9 pontos e o MSCI Emerging Markets, 16,6%, situando-se em 965,8 pontos.

Em termos desagregados, os índices bolsistas norte-americanos Dow Jones (-5,6%), S&P 500 (-6,2%) e o Nasdaq (-3,9%) reduziram ao longo do ano, atingindo 23.237,5 pontos, 2.506,9 pontos e 6.635,3 pontos.

O FTSE 100, índice bolsista britânico, diminuiu 12,5%, situando-se em 6.728 pontos. O índice alemão DAX 30 contraiu 18,3% e o índice japonês Nikkei 225 registou uma diminuição de 12,1%, tendo atingido 10.559,0 e 20.014,8 pontos, respectivamente.

Índices Bolsistas (Δ homóloga %)



Fonte: Bloomberg

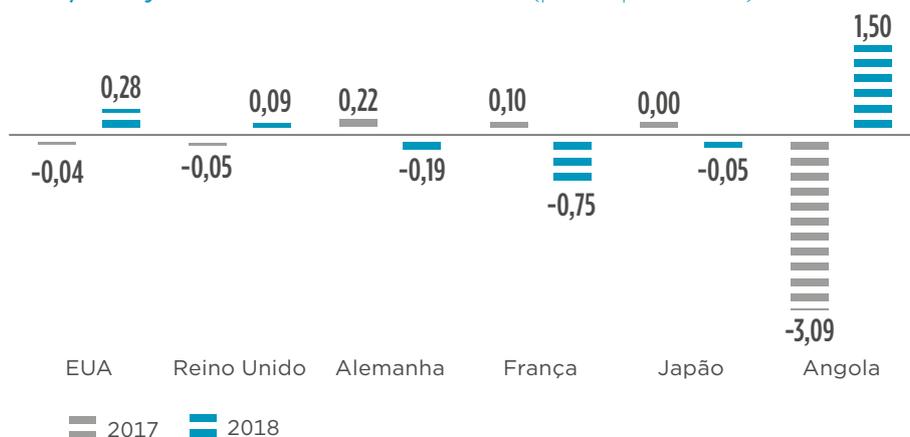
No que se refere às bolsas das economias emergentes, o destaque recai para a China, tendo o índice CSI 300 contraído 25,3%, fixando-se em 3.010,7 pontos, suplantando a *performance* positiva do índice bolsista do Brasil, que expandiu 11,9%, atingindo 85.460,2 pontos.

A normalização da política monetária nos EUA, cujo processo teve início em Dezembro de 2015, influenciou as *yields* dos títulos de dívida soberana norte-americana. As *yields* médias dos títulos de dívida norte-americana a 10 anos registaram um aumento de 0,3 p.p. ao longo do ano, tendo atingido 2,7%, em linha com a tendência de política monetária da Reserva Federal que resultou num incremento acumulado da taxa de juro de referência de 2,3 p.p. nos últimos três anos, fixando-se em 2,5% em Dezembro de 2018.

À semelhança dos EUA, a dívida soberana do Reino Unido a 10 anos também apresentou tendência ascendente, com aumento ligeiro de 0,08 p.p., ao atingir 1,9%. O aumento da taxa de juro de referência pelo Banco de Inglaterra, em 0,25 p.p., fixando-se em 0,8%, suportou a tendência da *yield*.

As *yields* médias das dívidas soberanas da Alemanha, França e Japão com a mesma maturidade (10 anos) contraíram ao longo do ano, com variações de -0,19 p.p., -0,08 p.p. e -0,05 p.p., como resultado dos estímulos à economia em vigor, com destaque para o *quantitative easing*, situando-se em 0,2%, 0,7% e -0,01%, respectivamente.

Variação da *yield* da dívida soberana a 10 anos (pontos percentuais)



Fonte: Bloomberg

b) Angola

Em relação a Angola, foram emitidos eurobonds (títulos de dívida soberana em moeda estrangeira) no início do mês de Maio, cerca de 1,75 mil milhões USD a 10 anos, com a taxa de juro em 8,6%, e 1,25 mil milhões USD a 30 anos de maturidade, com a taxa em 9,4%. Ao longo do ano, a *yield* média da dívida soberana a 10 anos cresceu cerca de 0,8 p.p. e a 30 anos cerca de 0,7 p.p., como reflexo do nível do *stock* da dívida pública e o comportamento do preço do petróleo, indicadores relevantes da capacidade do Governo em honrar com os serviços de dívida. No que se refere à *yield* dos eurobonds emitidos em 2015, a 10 anos de maturidade, o incremento foi de 1,5 p.p.

No mercado interno, as taxas de juro dos títulos de dívida registaram diminuições ao longo do ano, com destaque para os títulos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro) que reduziram entre 2,6 e 4,9 p.p., na generalidade das maturidades, situando-se em 13,6% (a 91 dias), 17,1% (a 181 dias) e 19,1% (364 dias).

Entretanto, a redução das taxas de juro num período de menor liquidez disponível na economia condicionou a procura pelos títulos no mercado primário, que se situou muito abaixo do previsto. Realça-se que o Estado previu emitir cerca de 2.448 mil milhões AKZ em OT's, mas realizou apenas 27% (668 mil milhões AKZ), e aproximadamente 2.219 mil milhões AKZ em BT's, tendo emitido apenas 33% (722 mil milhões AKZ).

No mercado secundário, assistiu-se a um incremento do volume de títulos transaccionados face ao ano transacto, tendo sido transaccionados cerca de 794 mil milhões AKZ em 2018, que compara com os 528 mil milhões AKZ em 2017, um aumento de 51%, reflexo da contínua evolução do mercado e elevada procura por Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio para protecção face ao risco cambial resultante da desvalorização da moeda nacional.

Em Dezembro, destaca-se que se verificou a primeira colocação de obrigações corporativas na Bolsa da Dívida e Valores de Angola (BODIVA), avaliada em 4,7 mil milhões AKZ, com 3 anos de maturidade, à taxa de juro de 17%, importante para o processo de maturidade do mercado.

Anos	BT			OT MN-NR			OT MN-TXC		
	91 dias	182 dias	364 dias	3 anos	4 anos	5 anos	3 anos	4 anos	5 anos
2017	16,15%	20,25%	23,90%	12,25%	25,88%	26,13%	7,25%	7,50%	7,75%
2018	13,60%	17,05%	19,05%	23,00%	22,00%	23,75%	5,25%	5,50%	5,00%

2.3.2. Mercado monetário

a) Mundo

As principais taxas de referência do mercado monetário internacional apresentaram trajectórias diferenciadas, influenciadas por diferentes posicionamentos ao nível de política monetária, com realce para os EUA (aumento de taxas de juro) e Zona Euro (manutenção de taxas em 0%).

A taxa de juro Libor USD a 6 meses registou um incremento de 1,04 p.p. ao longo do ano em análise, atingindo 2,9%. A evolução da taxa foi suportada pelas decisões de política monetária da Reserva Federal, que resultaram em quatro incrementos de 0,3 p.p. nas taxas de juro de referência ao longo do ano 2018, tendo aumentado de 1,5% para 2,5%.

Em relação à Libor GBP a 6 meses, a mesma apresentou um incremento de 0,5 p.p. durante o ano de 2018, tendo atingido 1,0%. A tendência foi suportada pelo aumento da taxa de juro pelo Banco Central, que visou conferir estabilidade à Libra, moeda britânica, influenciada pela expectativa em torno do processo de saída da União Europeia (Brexit).

A Euribor a 6 meses contraiu 0,03 p.p. no ano em análise, situando-se em -0,2%, suportada pela manutenção dos estímulos à economia ao longo do ano pelo Banco Central Europeu (BCE).

Taxa de Juro Mercado Monetário (%)



Fonte: Bloomberg

Com o novo acordo da OPEP, Angola passa a ter como limite de produção de crude 1,48 milhões de barris/dia.

A principal taxa de refinanciamento permaneceu em 0% e as taxas de juro aplicáveis aos depósitos e à facilidade permanente de cedência de liquidez também se mantiveram em -0,4% e em 0,3%, respectivamente. O programa de compra de activos (*quantitative easing*) manteve-se em 60 mil milhões EUR por mês em 2017, tendo o BCE decidido reduzir para metade, a partir de Janeiro de 2018, prolongando o período de compra até Setembro de 2018, tendo sido anunciada a descontinuidade do programa em Dezembro de 2018.

b) Angola

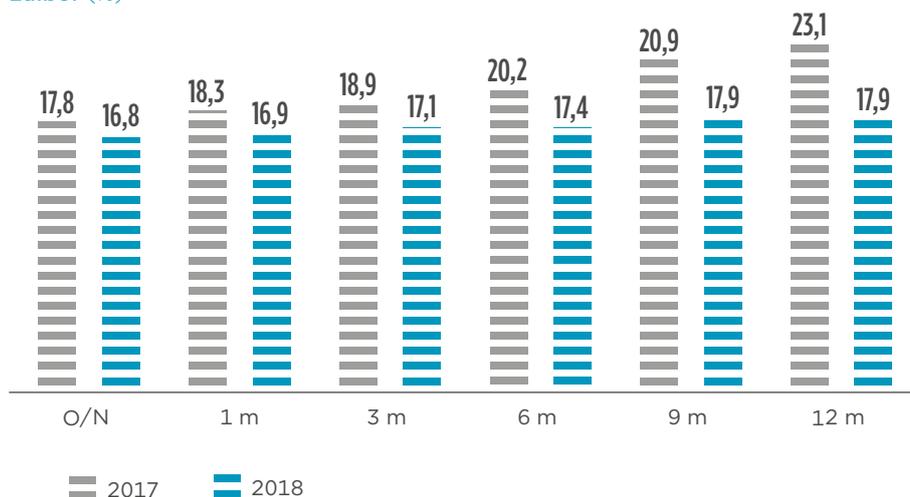
Em Angola, a *performance* do nível geral dos preços permitiu que se aligeirassem algumas medidas restritivas de política monetária, com destaque para a redução da Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez e o coeficiente das reservas obrigatórias.

A massa monetária, mensurada pelo agregado M2, expandiu 24% em 2018, devido, sobretudo, ao efeito da depreciação cambial. A base monetária em moeda nacional, referência para as decisões de política monetária do Banco Nacional de Angola, contraiu 11% no ano em análise, como reflexo do menor volume de kwanzas disponíveis na economia.

A necessidade de liquidez na economia reanimou o mercado monetário interbancário, tendo o volume de liquidez transaccionado melhorado de 2.354 mil milhões AKZ em 2017 para 9.068 mil milhões AKZ em 2018, um incremento de 285%.

As taxas de juro Luibor diminuíram ao longo de 2018 na generalidade das maturidades. A Luibor *overnight* reduziu 1,02 p.p., atingindo 16,8% no final do ano. Nas demais maturidades, verificaram-se variações entre -1,0 e -5,1 p.p., em linha com as taxas de referência do BNA. De forma geral, em 2018, as taxas situaram-se no intervalo de 16,7% e 17,9%.

Luibor (%)



Fonte: BNA

11%

Contração da base monetária em moeda nacional, referência para as decisões de política monetária do BNA, em 2018.

2.3.3. Mercado cambial

a) Mundo

O ano de 2018 caracterizou-se pela apreciação generalizada do dólar em relação às principais contrapartes. O dólar foi influenciado pelas medidas de política monetária da Reserva Federal.

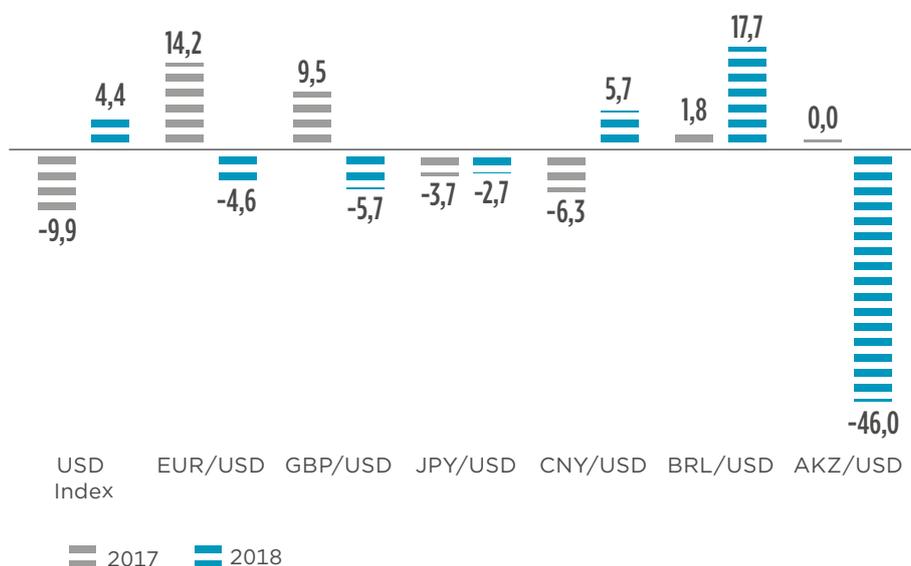
O US Dollar Index, que avalia o valor do dólar norte-americano face às principais contrapartes, elaborado pela Intercontinental Exchange (ICE), expandiu 4,4% em 2018, tendo recuperado da contracção de 9,9% apurada em 2017.

O euro apresentou uma depreciação de 4,6% face ao dólar, situando-se em 1,145 USD. A libra apresentou a mesma tendência, ao depreciar cerca de 5,7%, fixando-se em 1,274 USD.

Em relação às moedas nas economias emergentes, assistiu-se a uma depreciação generalizada das mesmas geradas pelas perspectivas de crescimento económico mais moderadas, suportadas por políticas monetárias ainda restritivas, e diminuições das exportações agravadas por políticas comerciais proteccionistas, reflectindo-se na contracção de 10,6% do índice *J. P. Morgan Emerging Market Currency* ao longo do ano, situando-se em 62,3 pontos.

Entre as moedas que guiaram o índice, destaca-se o yuan (moeda chinesa) que perdeu valor ao longo do ano, reflectindo-se na depreciação de 5,3% do yuan face ao dólar.

Variação cambial das moedas face ao USD (%)



Fonte: Bloomberg

b) Angola

Em Angola, a adopção de um regime de taxa de câmbio flexível com banda em 2018, em detrimento do anterior regime de taxa de câmbio definida administrativamente, e a substituição gradual do mecanismo de alocação directa de divisas pelos leilões de divisas contribuíram para a redução da pressão sobre o *stock* de moeda externa e ajudaram a melhorar a eficiência na distribuição das divisas, mas levaram a uma depreciação significativa da taxa de câmbio.

A taxa de câmbio depreciou em relação ao dólar de 165,9 kwanzas em 2017 para 308,6 kwanzas em 2018 e, em relação ao euro, de 185,5 kwanzas para 353,0 kwanzas, no mesmo período.

O BNA vendeu aproximadamente 11,46 mil milhões EUR em 2018, um ligeiro incremento comparativamente ao registo de aproximadamente 10,94 mil milhões EUR apurado em 2017.

2.3.4. Mercado das matérias-primas

a) Mundo

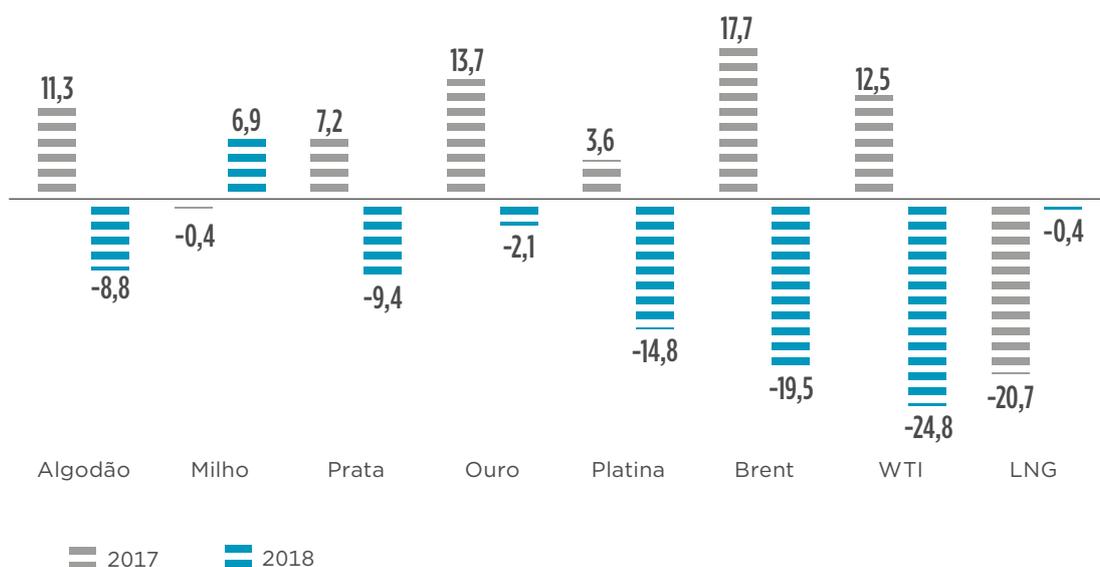
As principais matérias-primas transaccionadas nos mercados internacionais não deram sequência ao processo de recuperação do seu valor comercial em 2018.

Os valores do ouro, prata e platina diminuíram em 1,6%, 8,6% e 14,3% no ano em análise, ao atingir 1.281,58 USD/onça, 15,49 USD/onça e 795,16 USD/onça, respectivamente.

A *performance* da economia e a normalização da taxa de juro nos EUA contribuíram para a canalização da procura por títulos de dívida nos EUA, como resultado da maior atractividade, o que impactou negativamente a procura de activos de refúgio (ouro, prata e platina). Entretanto, a incerteza gerada pelas tensões comerciais e adopção de medidas proteccionistas de política comercial contrapõe, ainda que ligeiramente, a tendência depreciativa, canalizando a procura para estes activos, com destaque para o ouro, que se reflecte na perda mais moderada do seu valor comparativamente à prata e à platina.

Em relação ao petróleo, apesar do relativo sucesso do acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) com os seus aliados (Rússia, Cazaquistão e Omã) que resultou na tendência crescente do preço do crude ao longo dos três primeiros trimestres de 2018, o aumento significativo da oferta durante o período de alta de preço levou à queda significativa do preço no último trimestre. Portanto, os preços do Brent e WTI perderam 19,6% e 24,8% do seu valor, ao situarem-se em 53,80 e 45,41 USD/barril, respectivamente.

Matérias-Primas (Δ homóloga %)



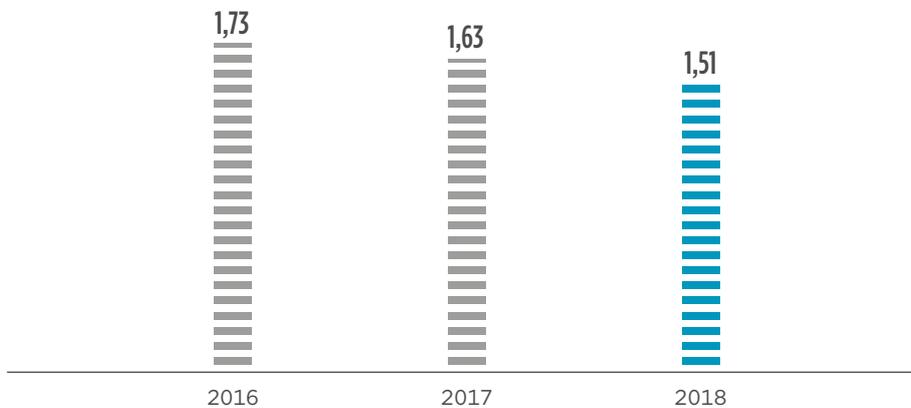
Fonte: Bloomberg

b) Angola

A produção angolana de crude reduziu de 1,63 milhões barris/dia em 2017 para 1,51 milhões barris/dia em 2018, reflexo do limite de produção imposto pelo acordo da OPEP numa primeira fase, e constrangimentos gerados pela diminuição do investimento no sector, numa fase subsequente.

No final de 2018, a OPEP e a Rússia chegaram a um novo acordo de corte de produção de crude, que deverá vigorar em 2019, que reduzirá a produção da OPEP de 26,74 para 25,94 milhões de barris/dia²⁰ e não-OPEP (Azerbaijão, Bahrain, Brunei, Cazaquistão, Malásia, México, Omã, Rússia, Sudão e Sudão do Sul), de 18,32 para 17,94 milhões de barris/dia. Com o novo acordo, Angola passa a ter como limite de produção 1,48 milhões de barris/dia.

Produção petrolífera de Angola (milhões de barris/dia)



Fonte: OPEP, *OPEC Monthly Oil Report, February 2019*

²⁰ O valor não inclui a produção do Catar, que se retirou da organização, tal como da Venezuela, Líbia e Irão, que se encontram isentos